to(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

4.3. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Melgaço, Edital n.º 56/2021, Gedoc n.º 129.437/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que os candidatos inscritos desistiram de participar do certame e DETERMINOU que o cargo fique disponível para titularização.

4.4. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Pacajá, Edital n.º 57/2021, Gedoc n.º 129.436/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição da candidata ALINE CUNHA DA SILVA, por preencher os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE n.º 057/2006.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição da candidata CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO, por não preencher o pressuposto objetivo previsto no art. 89, inciso VIII da LCE n.º 057/2006.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça ALINE CUNHA DA SILVA, que ocupa a 56ª (quinquagésima sexta) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE PACAJÁ, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

4.5. Julgamento de remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 4º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém, Edital n.º 59/2021, Gedoc n.º 133.489/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, ADMITIU a inscrição do candidato DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS, por preencher os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE n.º 057/2006.

Os candidatos NILTON GURJÃO DAS CHAGAS e FABIA DE MELO-FOURNIER desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS, que ocupa a 37ª (trigésima sétima) posição na lista de antiguidade da 3ª entrância, para remoção ao cargo de 4º PJ DE MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL E HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

4.6. Julgamento de remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 1º PJ Criminal de Icoaraci, Edital n.º 60/2021, Gedoc n.º 133.491/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos JAYME FERREIRA BASTOS FILHO e NADILSON PORTILHO GOMES, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE n.º 057/2006.

O Egrégio Conselho Superior, por maioria de votos, INDEFERIU a inscrição da candidata DANIELA SOUZA FILHO MOURA, por não preencher o pressuposto objetivo previsto no art. 89, inciso VI da LCE n.º 057/2006 (não estar com o serviço em dia). Registrou-se o voto divergente do Exmo. Conselheiro, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho, de que o presente edital foi publicado no Diário Oficial do Estado de 26.10.2021 e, considerando que se trata de remoção pelo critério de antiguidade e, além disso, a Resolução n.º 244, do CNMP, que dispõe sobre os critérios de remoção e promoção por merecimento, é de janeiro de 2022, se manifestou que todos os candidatos inscritos preenchem o pressuposto objetivo previsto no art. 89, inciso VI, avaliando a admissibilidade de acordo com a auto declaração do membro concorrente.

O candidato ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça JAYME FERREIRA BASTOS FILHO, que ocupa a 100ª (centésima) posição na lista de antiguidade da 3ª entrância, para remoção ao cargo de 1º PJ CRIMINAL DE ICOARACI, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

4.7. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 6º PJ de Órfãos, Interditos e Incapazes, Idosos, Deficientes, Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural, Defesa das Comunidades Indígenas, Habitação e Urbanismo de Parauapebas, Edital n.º 61/2021, Gedoc n.º 133.490/2021.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 c/c 98 da LCE n.º 057/2006:

SULDBLANO OLIVEIRA GOMES

ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO

LORENA DE ALBUQUERQUE RANGEL MOREIRA CRUZ

O candidato LUIZ DA SILVA SOUZA desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26,

III da LCE n.º 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o(a) Promotor(a) de Justiça ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO, que ocupa a 109ª (centésima nona) posição na lista de antiguidade da 2ª entrância, para remoção ao cargo de 6º PJ DE ÓRFÃOS, INTERDITOS E INCAPAZES, IDOSOS, DEFICIENTES, MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL, DEFESA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS, HABITAÇÃO E URBANISMO DE PARAUAPEBAS, em razão de ser o(a) candidato(a) mais antigo(a) a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

O Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR registrou que esteve em Parauapebas e viu a dedicação com que esse Promotor de Justiça, bem como todos os Promotores de Justiça que exercem suas atividades naquela Promotoria de Justiça, mas em particular o Dr. Arthur Diniz Ferreira de Melo, que está na coordenação e está há pouco tempo. Informou que referido Promotor de Justiça ajudou a Corregedoria-Geral do Ministério Público, além de estar com os trabalhos em dia, indicou algo que ninguém tinha visto – dois relatórios possível de extrair do SIMP – que permitem uma atualização e melhorar o trabalho e desempenho da efetividade e resolutividade dos membros. Então, ele os ensinou e mostrou como é possível extrair do sistema SIMP e como ele organizou a Promotoria de Justiça, estando em dia. Solicitou, portanto, o registro em ficha funcional do Promotor de Justiça.

4.8. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Novo Progresso, Edital n.º 63/2021, Gedoc n.º 133.495/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga, para promoção.

4.9. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ Criminal de Altamira, Edital n.º 64/2021, Gedoc n.º 133.500/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga, para promoção.

4.10. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ Criminal de Redenção, Edital n.º 65/2021, Gedoc n.º 133.499/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga, para promoção.

4.11. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Canaã dos Carajás, Edital n.º 66/2021, Gedoc n.º 133.501/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que o único candidato inscrito desistiu de participar do certame e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga para promoção.

4.12. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Xinguara, Edital n.º 68/2021, Gedoc n.º 133.504/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga, para promoção.

4.13. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de Itaituba, Edital n.º 72/2021, Gedoc n.º 137.562/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga, para promoção.

4.14. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 4º PJ Agrário de Redenção, Edital n.º 73/2021, Gedoc n.º 137.570/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que o único candidato inscrito, desistiu de participar do certame e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga para promoção.

4.15. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ Criminal de Altamira, Edital n.º 75/2021, Gedoc n.º 137.576/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga, para promoção.

4.16. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 2º PJ de Itaituba, Edital n.º 76/2021, Gedoc n.º 137.578/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga para promoção.

4.17. Julgamento de remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ de Uruará, Edital n.º 80/2021, Gedoc n.º 137.572/2021.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos no certame e DETERMINOU que o cargo fique disponível para titularização.

4.18. Julgamento de remoção na 2ª instância, para o cargo de Procurador de Justiça Cível, Edital n.º 01/2022, Gedoc n.º 107.948/2022.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que o único candidato inscrito, desistiu de participar do certame e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga para promoção.

4.19. Julgamento de remoção na 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ de Novo Progresso, Edital n.º 03/2022, Gedoc n.º 107.951/2022.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO que não houve inscritos e DETERMINOU as providências necessárias para a comunicação da vaga para promoção.

O Exmo. Conselheiro, Dr. MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES propôs que o Conselho Superior, atendendo ao princípio da eficiência, autorize o Presidente do Conselho Superior e a Secretária do CSMP para que publique editais de promoção, tão logo o certame de remoção fique deserto.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, AUTORIZOU a Presidência do Conselho Superior e a Secretária do CSMP publicar editais de promoção, tão logo os certames de remoção desertos, retornem da Corregedoria-Ge-